

Fleury apóia criação do fundo social e proposta para os impostos pode mudar

por Raquel Stenzel
de Brasília



Luiz Antônio
Fleury Filho

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recebeu ontem, o primeiro apoio direto de um governador de estado para a criação da Reserva Social de Emergência, que será constituída com 15% das receitas vinculadas, inclusive as transferências constitucionais para estados e municípios. O apoio veio do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho.

O ministro da Fazenda disse que a desvinculação de 15% das transferências constitucionais para estados e municípios não irá diminuir, em valor real, os repasses feitos neste ano. Isso porque o governo federal está calculando que no próximo ano haverá um crescimento de 15% na receita, e são justamente esses recursos extras que deixarão de ser repassados para estados e municípios de maneira vinculada. "Os estados e municípios não vão perder porque, além de garantirmos o mesmo volume de repasses em valor real, vamos fazer ainda mais, pois os recursos do fundo voltarão para os estados e municípios investirem na saúde", disse o ministro.

Com as informações que me foram transmitidas por Fernando Henrique, a situação muda de figura", disse Fleury.

O governador saiu convencido do encontro com o ministro Fernando Henrique, mas se absteve de comentar as outras medidas propostas pela equipe econômica para equilibrar o orçamento, como a elevação linear de 5% das alíquotas de todos os impostos e contribuições federais. Fleury disse que para comentar a elevação dos impostos precisaria antes conhecer todos os detalhes do plano pretendido pelo governo.

Ele também manifestou preocupação em relação à forma pela qual serão utilizados os recursos de Reserva Social de Emergência, por temer que sejam destinados apenas a programas específicos. O governador recebeu a garantia do ministro da Fazenda de que os recursos serão utilizados de maneira abrangente, principalmente na saúde. Segundo Fleury, mesmo que o governo federal esteja propondo a retenção de 15% das transferências, em valor real, isso pouco afetaria o Estado de São Paulo. Sua maior preocupação é com os municípios paulistas, que dependem das transferências. Ele prometeu acompanhar e fazer simulações para ter a certeza que estados e municípios não serão prejudicados pela proposta do governo federal.

ROBERTO FREIRE

O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire, esteve reunido, ontem, com Fernando Henrique Cardoso, por mais de três horas, discutindo como será a negociação com o Congresso Nacional para a aprovação da emenda

constitucional que cria a Reserva Social de Emergência. Freire disse que o governo está disposto a negociar o aumento dos impostos federais em 5%, desde que seja garantido o equilíbrio nas contas públicas. "O governo apresentou a sua proposta para equilibrar as contas, que prevê a elevação das alíquotas de todos os impostos e contribuições e a desvinculação de 15% das transferências para estados e municípios. Mas se alguém tiver uma outra idéia que garanta o ajuste fiscal, estamos abertos a negociar", disse Roberto Freire, acrescentando que ele é um dos primeiros a buscar novas alternativas.

Na reunião com o ministro Fernando Henrique, o deputado ressaltou que a seletividade dos impostos que sofrerão aumento das alíquotas poderia ser uma boa alavancagem nas negociações políticas com o Congresso Nacional. No seu entender, seria bom para todos se o aumento da carga tributária fosse feito de forma seletiva e progressivamente. Ele cita como exemplo a criação de alíquotas mais elevadas do Imposto de Renda, mas reconhece que o impacto na arrecadação não seria suficiente para cobrir as necessidades do governo.

Outra alternativa que começa a ser cogitada é a elevação da alíquota do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), que seria acompanhada da possibilidade de os assalariados abaterem do Imposto de Renda o montante recolhido do IPMF. Esta proposta precisa de mudança na Constituição, já que a emenda que criou o IPMF estabelece que a alíquota máxima será de 0,25%.

Segundo Freire, numa negociação, as partes envolvidas têm que estar abertas às discussões. "O Congresso Nacional e o Executivo podem chegar a algo que venha a corresponder aos interesses da sociedade e de combate à inflação", afirmou. Em sua opinião, o Congresso terá que apoiar o Executivo nesta luta para alcançar o equilíbrio econômico. "Esta coisa (o combate à inflação) não pode ser definida com imposição do Executivo e nem de resistência do Legislativo" avaliou.

O líder do governo afirmou, contudo, que não há espaço para negociar a re-

tenção das transferências para estados e municípios. Isso porque seria muito difícil, praticamente impossível, encontrar uma outra forma de dar ao governo federal os recursos para a saúde e a previdência social. Sobre esse aspecto do plano econômico, Freire disse que a única negociação que há é a do convencimento dos estados e municípios de que não sairão perdendo.

Roberto Freire reconhece que o governo terá grandes dificuldades para aprovar as medidas do plano econômico, principalmente porque o Congresso Nacional está passando por uma crise profunda. Não procede, segundo ele, a análise de que o Congresso estaria mais aberto a aceitar qualquer proposta do Executivo

por estar passando por uma crise. "O Congresso fragilizado não é um bom parceiro", afirmou.

Três dias depois de revelar ao País o seu novo plano econômico, o ministro da Fazenda, vai expor a seu colega argentino da Economia, Domingo Cavallo, as linhas gerais das medidas de estabilização, confirmou ontem à editora Maria Helena Tachinardi um assessor do Ministério.

A fonte lembrou que no dia 7 de setembro, quando Cavallo esteve em Brasília para conversar com Fernando Henrique sobre pendências comerciais bilaterais, os dois ministros falaram sobre os problemas da economia brasileira. Na ocasião, Cavallo recomendou, antes de qualquer medida, fazer o ajuste fiscal.